

## CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO

*Nos dias 19, 20 e 21 de Abril de 1995, reuniu, na Exponor, em Matosinhos, o IV Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, sob o lema*  
**“Investir na Educação é ganhar o futuro”.**



### APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO

O Congresso apreciou e votou favoravelmente o relatório de actividades desenvolvidas pela Federação ao longo do último triénio.

### APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA FNE

**O Congresso aprovou por maioria as propostas de alteração aos Estatutos da Federação, entre as quais se sublinham as seguintes nesta síntese final:**

a) os Órgãos da Federação passam a ser os seguintes: o Congresso, a Mesa do Congresso e do Conselho Geral, o Secretariado Executivo, o Secretariado Nacional e a Comissão de Fiscalização, sendo a Mesa do Congresso e do Conselho Geral e o Secretariado Executivo eleitos em lista conjunta por votação secreta e maioritária;

b) o Conselho Geral passa a dispor do

direito de propor e aprovar propostas que obriguem o Secretariado Nacional, desde que se insiram no plano de acção e na linha de orientação política aprovados pelo Congresso;

c) o Conselho Geral passa a dispor também do direito de deliberar sobre a adesão da FNE a estruturas sindicais nacionais e internacionais.

d) o Secretariado Executivo passa a ser constituído pelo Secretário-Geral, 2 Vice-Secretários-Gerais e, pelo menos, 18 secretários nacionais executivos;

e) o Secretariado Nacional passa a ser constituído pelo Secretariado Executivo e por um conjunto de Vogais indicados pelas direcções de cada sindicato membro, segundo a regra de que os sindicatos com mais de 15 000 sócios indicam 3 vogais, os sindicatos com mais de 7 000 sócios 2 vogais e os sindicatos até 7 000 sócios 1 vogal.

(Continua na pág. 11)

## CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO

(Continuação da pág. 10)

### APRECIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO A DESENVOLVER

**O Congresso aprovou também o plano de acção a desenvolver pela Federação ao longo do próximo triénio, do qual se destacam as seguintes orientações genéricas para a sua acção:**

- é imprescindível reforçar o papel do movimento sindical democrático, através da mobilização de todos os trabalhadores no sentido da construção de um pensamento sindical comum e na definição de práticas sindicais de excelência;

- a intervenção político-sindical da FNE fundamenta-se na busca permanente do diálogo, da negociação e da concertação, sem abdicar de uma acção de luta consequente quando tal se torne imperativo

- a acção da FNE pauta-se por uma política de permanente diálogo com todos os seus representados e na prestação dos serviços que forem considerados imprescindíveis;

- a FNE estrutura-se por forma a garantir permanentemente a participação de todos os seus membros;

- o reforço da coesão interna da FNE e da sua intervenção na sociedade constitui factor fundamental na identificação e promoção de alterações significativas no sentido da consecução de um sistema educativo de qualidade no nosso País.

- o sistema educativo português deve ser organizado de forma a garantir uma formação de alta qualidade em todos os níveis que garantatodos os cidadãos uma escolarização que os prepare para os desafios do futuro, numa perspectiva crítica, interventora e democrática e que garanta a sua mobilidade no âmbito da União Europeia, em particular, e do mundo em geral;

- o sistema educativo deve estar organizado de forma a respeitar a diversidade de todos os que o frequentam, garantindo, ao mesmo tempo, a todos, o direito à educação e às condições de sucesso educativo, bem como a liberdade de opção relativamente ao ensino público ou ao particular;

- a concretização da comunidade educativa, de par com a consolidação da autonomia das escolas, constitui factor preponderante na construção de escolas de qualidade e consequentemente de um sistema educativo que responda às efectivas necessidades de formação de todos os que o frequentam;

(Continua na pág. 14)



Conforme estava previsto, realizou-se durante a tarde do segundo dia de trabalhos do Congresso o painel subordinado ao tema "Que educação para o século XXI?".

Estiveram presentes o ex-Ministro da Educação, Prof. Veiga Simão, o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. Marçal Grilo, o Presidente da CIP, Ferraz da Costa, e o Secretário-Geral da UGT, João Proença, para além de Conceição Alves Pinto - Presidente do ISET - e Manuela Teixeira, que moderou o debate. Embora convidado, não pôde estar presente o ex-Ministro da Educação Prof. Victor Crespo, o qual, no entanto, fez chegar à organização a sua comunicação - que foi lida pela Secretária-Geral da FNE.

## O CONGRESSO DEBATEU "QUE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI?"



Com o auditório praticamente cheio, o debate teve pontos altos no momento particularmente difícil para a educação, tendo sido sublinhada por quase todos os intervenientes a necessidade de uma forte aposta do Estado no investimento na Educação, como o meio de garantir respostas de qualidade para os desafios do século que se avizinha.

Na sua comunicação, Veiga Simão defendeu a aplicação e o reforço do binómio formação e educação: "A resposta mais criativa aos actuais desafios sociais e económicos e aquela que oferece, ao emprego, possibilidades de soluções aceitáveis no futuro, está dependente de um tratamento integrado deste binómio. Para além do desenvolvimento individual e do culto dos valores da cidadania, a visão simultânea deste binómio proporciona formas de actuação que minimizam a crise do emprego, reduzem a exclusão social e a marginalidade e permitem a

**humanização da sociedade face às mutações tecnológicas."**

Mais adiante, o antigo governante diria que educação e formação são as bases de políticas concretas, razão pela qual defendeu a obrigatoriedade da criação de um 10º ano de formação profissional para todos os cidadãos, procurando rentabilizar as estruturas existentes em diversos departamentos do Estado.

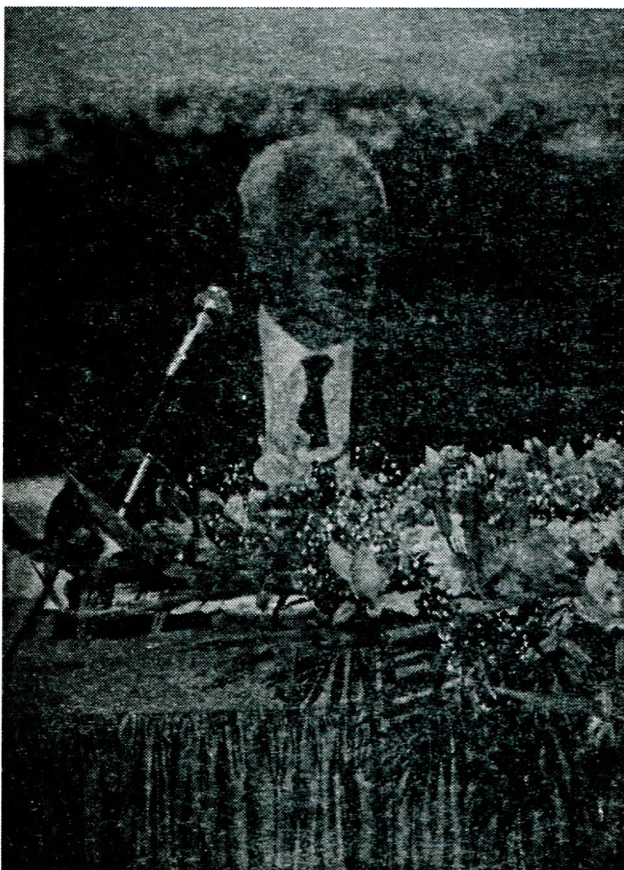
Por seu lado, Ferraz da Costa realçou a importância crescente da reforma educativa, salientando não ter "qualquer dúvida de que a importância que hoje se atribui à educação vai aumentar espectacularmente o nível educacional e de qualificações dos países onde as reformas foram conduzidas com base em diagnósticos sérios da situação existente e com objectivos realistas, mas muito ambiciosos."

Mais adiante, o Presidente da CIP observou que "se o objectivo da reforma nos anos 60 era

a **Universidade, hoje é a escola profissional que está na mira dos reformadores**", acrescentando ainda que, consciente da polémica que uma tal posição encerra, os Governos deviam começar a reduzir os auxílios aos alunos universitários, apostando isso sim nas escolas situadas em zonas mais deprimidas.

A mensagem de Victor Crespo salientava que um dos pontos mais débeis no actual desenvolvimento e reestruturação do Sistema Educativo diz respeito às componentes de formação profissional, tanto a nível secundário como superior. "É preciso que se afirme com clareza que a formação profissional não cria empregos. Quem os cria são as empresas e as actividades económicas e sociais."

O ex-ministro da Educação salientava ainda no texto lido aos Congressistas que **"Existe entre nós um certo divórcio entre a escola e o mundo da vida activa, designadamente, o empresarial, com culpas repartidas que impota ultrapassar com benefícios recíprocos."**



Finalmente, Victor Crespo assinalava a necessidade de "quebrar definitivamente as barreiras ainda existentes . Para tal, é necessária uma maior interacção escola-empresa, caminho onde há muito por percorrer."

O Prof. Marçal Grilo começou por reflectir sobre o sentido da crise de que tanto se fala, considerando tornar-se urgente "preparar e negociar um acordo global que viabilize entre os principais protagonistas do processo educativo uma estratégia para o sector. Esta será, do meu ponto de vista, a única forma de se restabelecer uma certa esperança e uma maior motivação dos protagonistas - professores, pais e estudantes."

Falando depois sobre a qualidade do ensino, o Presidente do CNE defendeu a adopção de três lemas:

**"a) Educar para pensar; b) Formar para competir; c) Encarar os novos desafios com novas soluções."**

A concluir, Marçal Grilo salientou que "A Educação é demasiado importante para se afirmar como uma questão de um ministério e de professores. Trata-se de um problema que nos diz respeito a todos, isto é, a escola é mais importante que o próprio sistema."

Nasua intervenção, **João Proença, Secretário-Geral da UGT, procurou sensibilizar o Presidente da CIP para a necessidade cada vez maior investir no binómio escola-empresa.** O sindicalista diria da sua convicção de que com esta aposta será mais fácil aos jovens saídos das nossas universidades encontrarem colocação no mercado de trabalho. Neste sentido, a articulação da acção desenvolvida pelas escolas com disponibilidades nas empresas para a realização de estágios constituiria um passo significativo para contrariar a tendência para o desemprego crescente.

Este painel constituiu um importante momento de reflexão, sendo de salientar o debate que se seguiu às intervenções dos convidados, com inúmeras perguntas pertinentes.

## CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO

(Continuação da pág. 11)

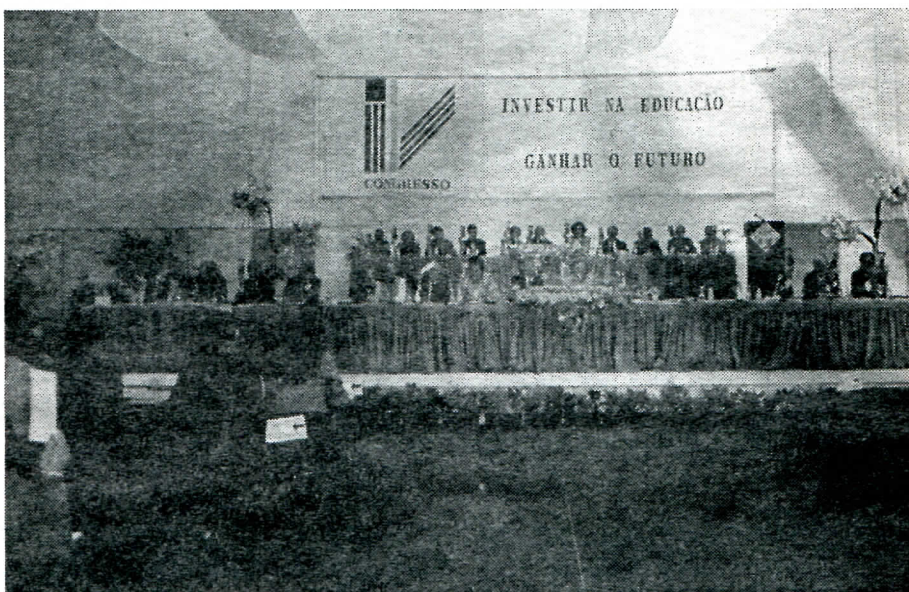
**Deste modo, definiram-se as seguintes orientações para o triénio que agora se inicia:**

A FNE manterá uma atenção permanente em relação a toda a política educativa, tendo como referencial os estudos e os avanços que se forem produzindo, quer na área das Ciências da Educação, quer no conhecimento das realidades em que o sistema educativo português se concretiza, o que se traduzirá nomeadamente nas seguintes acções:

- realização no final de cada ano lectivo de um balanço da acção do Governo na área da Educação e particularmente do Ministério da Educação, tornando-o público em conferência de imprensa;
- intervenção sistemática na definição das linhas orientadoras das mudanças tornadas necessárias no sistema educativo, com relevo para o estabelecimento de um quadro legislativo coerente e congruente com princípios educativos essenciais ao progresso do país;
- participação activa na discussão das políticas educativas, nomeadamente na redefinição da rede escolar;
- continuação do debate iniciado no Congresso sobre o futuro da Educação, prosseguindo o acompanhamento dos problemas da Reforma, fazendo propostas e denunciando

atrasos e realizando seminários/encontros de dirigentes sindicais, eventualmente com a participação de especialistas na área da educação, quando for julgado pertinente;

- apreciação dos Orçamentos do Estado e



da sua adequação às necessidades do sistema educativo;

- aprofundamento do debate com outras entidades de âmbito nacional cuja acção tenha incidência na política educativa nacional.

**No plano reivindicativo, a acção da FNE continuará a pautar-se pelo princípio de que é na via da negociação e da concertação que se encontram as fórmulas mais ajustadas, quer ao progresso do País em geral, quer da Educação em particular, quer ainda à defesa e consagração dos direitos de todos os trabalhadores da Educação.**

**No entanto, em circunstâncias em que o diálogo se venha a revelar ineficaz, o recurso a diferentes e visíveis formas de pressão que visem defender direitos em perigo ou o acesso a novos direitos irrecusáveis constituirá um meio a usar.**

(Continua na pág. 15)

## CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO

(Continuação da pág. 14)

A FNE considera essencial que se altere a Lei de Negociação Colectiva para a Administração Pública, de modo a evitar que, no futuro, se verifique a determinação unilateral, por parte do Governo, das condições de trabalho na administração pública.

A dignificação das carreiras do pessoal da Educação é melhor defendida por mecanismos de rigor e exigência na progressão do que por esquemas facilitadores que apontem para a progressão automática.

Assim, considera-se essencial:

- todos os trabalhadores da Educação devem ter garantida a dignificação das respectivas carreiras;

- a progressão nas diferentes carreiras dos trabalhadores da Educação deve ser pautada por critérios de rigor, competência, e de não discricionariedade a que correspondam vencimentos compatíveis;

- o acesso a formação contínua, por iniciativa do próprio ou da entidade empregadora, deve ser incentivado, como modo de garantir permanentemente elevados níveis de competência no exercício dos diferentes cargos na área da Educação.

Foram relevados nas diferentes intervenções os seguintes aspectos:

- investimento na formação contínua dos trabalhadores não docentes pelo ISET;

- insistência na perspectiva de que a breve prazo os docentes de todos os graus de ensino sejam detentores de licenciatura;

- acompanhamento das experiências das EBIS;

- exigência de revisão dos valores das pensões hoje degradadas;

- apoio à promoção de medidas que visem apoiar os alunos nos seus tempos livres;

- reapreciação dos quadros das escolas dos 2º e 3º ciclos;

- acompanhamento rigoroso da situação dos educadores e professores contratados;

- acompanhamento do processo de criação de eventuais alternativas de igual dignidade ao trabalho de natureza educacional para efeitos de acesso ao 8º escalão;

- exigência de uma educação pré-escolar que responda às verdadeiras necessidades pedagógicas e sociais;

- acompanhamento do processo de revisão do modelo de administração das escolas.

O Congresso aprovou também solicitar desde já a adesão à União Geral de Trabalhadores (UGT) à Internacional da Educação (IE) e ao Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE).

### ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA FEDERAÇÃO PARA O TRIÉNIO 1995/98

Foram eleitos os novos Corpos Gerentes da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação para o triénio de 1995 a 1998, com 96,99 % de votos a favor, 2,44 % de votos contra e 0,56 % de votos nulos.

### APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

O Congresso da FNE aprovou ainda as seguintes resoluções:

**Solidariedade com o Povo de Timor Leste.**

**Pelo respeito dos direitos sindicais.**

**Pela Paz no mundo.**

**Pela criação de condições mínimas para o funcionamento das Delegações Escolares.**

**Contra a violência e a droga, pela segurança nas escolas.**